

# ARAPIRACA-AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA -  
ALAGOAS

Guarda Civil Municipal  
3ª Classe

**EDITAL Nº 01/2025**

CÓD: SL-110MR-25  
7908433272847

# Conhecimentos Específicos

## Guarda Civil Municipal 3ª Classe

1. Lei orgânica do município: posição do município na federação brasileira; características, princípios e fundamentos; conceitos de autonomia municipal; participação popular, competências privativas do município; organização municipal: administração direta e indireta; poderes municipais: executivo e legislativo; prefeito municipal: posse, funções, atribuições, auxiliares diretos, deveres e responsabilidades, atos privativos e suas finalidades; substituição e autorização para se ausentar do município; câmara municipal: funções (legislativas, administrativas, fiscalizadoras e julgadoras), instalação, funcionamento, organização; conceitos básicos sobre mesa diretora, plenário, bancada, legislatura, comissões, sessões (ordinárias, extraordinárias e solenes); orçamento público; bens municipais: conceitos e classificações; formas de incorporação e alienação; gerenciamento, manutenção e controle patrimonial.....	9
2. Conceitos básicos sobre direitos humanos e cidadania, à luz da lei orgânica e da constituição federal .....	35
3. Lei nº 13.675 De 2018 cria a política nacional de segurança pública e institui o sistema único de segurança pública.....	39
4. Estatuto geral das guardas municipais: lei nº 13.022 De 2014 e suas alterações posteriores .....	50
5. Decreto nº 11.841 De 21.12.2023: Regulamenta os incisos iv, xiii e xiv do caput e o parágrafo único do art. 5º da lei nº 13.022, De 8 de agosto de 2014, para dispor sobre a cooperação das guardas municipais com os órgãos de segurança pública da união, dos estados e do distrito federal .....	52
6. Aspectos e princípios gerais de organização, de comando e controle, plano de carreira, cargos e vencimentos aplicáveis à guarda civil municipal de arapiraca, e demais temas constantes dos capítulos i a viii da lei complementar nº 05 de 2024 .....	53
7. Poder de polícia administrativa: conceitos, fundamentos e requisitos legais, meios de atuação, sanções e áreas de aplicação .....	53
8. Atos administrativos: conceito, classificação e espécies: normativos, ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos...	57
9. Funções de protocolo e gerenciamento de documentos e processos; conhecimentos sobre tramitação, distribuição, expedição, formação e andamento de processos: autuação, instrução, abertura e encerramento de volumes, anexação, juntada, apensação e desapensação, desentranhamento, desmembramento, acautelamento, encerramento, reabertura, extinção e reativação .....	69
10. Conceitos básicos sobre lei de abuso de autoridade; lei maria da penha (proteção à mulher); estatutos (1) da criança e do adolescente; (2) do idoso; (3) da pessoa com deficiência; (4) da igualdade racial; todas as legislações atualizadas.....	77
11. Código penal - crimes contra a administração pública praticados por funcionário público (arts. 312 A 327) e por particular (artigos 328 a 337) contra a administração em geral.....	152
12. Noções de direito constitucional: constituição da república federativa do brasil de 1988: classificação das constituições	158
13. Direitos e garantias fundamentais; direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos políticos; nacionalidade e cidadania, direitos políticos.....	160
14. Organização político-administrativa: união, estados, distrito federal e municípios.....	170
15. Poder executivo: atribuições do presidente da república; atribuições dos ministros de estado .....	177
16. Poder legislativo, congresso nacional: câmara dos deputados, senado federal, deputados e senadores; processo legislativo .....	180
17. Poder judiciário: órgãos do poder judiciário e suas competências; conselho nacional de justiça: composição e competências.....	191
18. Funções essenciais à justiça: ministério público; advocacia pública e defensoria pública .....	204
19. Sistema tributário nacional: princípios gerais do sistema tributário nacional; limitações ao poder de tributar .....	208
20. Ordem econômica e financeira .....	216
21. Ordem social .....	223
22. Controle de constitucionalidade; jurisprudência do stf e do stj .....	238

## Português

1. Leitura e compreensão de textos variados .....	247
2. Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo .....	248
3. Gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos .....	255
4. Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto .....	261
5. Relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização .....	266
6. Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido .....	267
7. Verbos: pessoa, número, tempo e modo. Vozes verbais. Transitividade verbal e nominal .....	268
8. Estrutura, classificação e formação de palavras; funções e classes de palavras .....	269
9. Semântica (conotação, denotação, sinônimo, antônimo, polissemia, homônimo, parônimo, polissemia) .....	280
10. Flexão nominal e verbal .....	284
11. Regência verbal e nominal .....	286
12. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação .....	290
13. Figuras de linguagem: gradação e ênfase .....	295
14. Funções da linguagem .....	299
15. Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos .....	300
16. Acentuação gráfica .....	304
17. Pontuação: regras e efeitos de sentido .....	306
18. Recursos gráficos: regras, efeitos de sentido .....	307
19. Sintaxe do período simples; coordenação e subordinação .....	309

## Conhecimentos Gerais sobre o Município de Arapiraca

1. Origem da região de Arapiraca. Primeiras ocupações e início do povoamento. Evolução histórica e administrativa. Habitantes, conflitos, edificações, atividades econômicas .....	319
2. Situação atual: aspectos físicos e geográficos do município: clima, relevo, população, localização (região e microrregião), área, limites municipais, distritos, características urbanas, atividades econômicas predominantes; patrimônio natural, cultural, histórico e arquitetônico. Atrações turísticas, culturais e de lazer, datas comemorativas e destaques do município; personalidades históricas e contemporâneas. Posição do município na divisão regional turística do estado e sua classificação no mapa .....	321
3. Aspectos e indicadores sociais, econômicos, educacionais e financeiros .....	324
4. Serviços municipais: organização e estrutura administrativa organizacional básica da prefeitura municipal: órgãos de administração direta e indireta; posição no contexto regional e relacionamento com os municípios vizinhos .....	328
5. Lei orgânica do município .....	332
6. Bandeira e hino do município .....	333

## Informática

7. Modalidades de processamento .....	339
8. Hardware: conceitos básicos, tipos, características, componentes de hardware, dispositivos de entrada e saída, unidades de armazenamento, memória, conexão e conectores .....	340
9. Software: software livre, software básico e aplicativo, utilitários .....	343

---

## ÍNDICE

---

10. Sistemas operacionais: conceitos, características, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos. Ambientes windows 10br / 11br e linux: conceitos, características, “distribuições linux” versões de 32 e 64 bits, instalação, pastas e diretórios, configuração e utilização dos recursos, utilitários padrão, principais comandos e funções, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos .....	344
11. Editores, processadores de textos, planilhas, softwares de apresentação e bancos de dados: conceitos, características, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos. Pacotes ms office br em suas últimas versões (word, excel, powerpoint, access).....	372
12. Libreoffice 24.8.2.1 Versão em português ou superior (writer, calc, impress, base), nas versões de 32 e 64 bits. Edição e formatação de textos. Criação e uso de planilhas de cálculos. Criação e exibição de apresentações de slides. Noções básicas de bancos de dados.....	422
13. Microsoft 365 em português: conceitos, características, componentes, instalação, configuração, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos .....	435
14. Segurança da informação, de equipamentos, de sistemas, em redes, na internet e na nuvem: conceitos, características, pilares, vírus x antivírus, backup, firewall, criptografia, cuidados.....	442
15. Lei geral de proteção aos dados (lgpd) .....	451
16. Redes sociais e computação em nuvem: conceitos, características, principais redes e serviços, uso dos recursos	465
17. Redes de computadores: conceitos básicos, características, meios de transmissão, conexão, cabos e conectores, protocolos, topologias, tecnologias, padrões, redes cabeadas e wireless/wi-fi .....	469
18. Internet x web: conceitos, características, internet x intranet x extranet, utilização de ferramentas e recursos, browsers edge x google chrome x mozilla firefox nas versões atuais de 32 e 64 bit, navegação, sítios e ferramentas de busca e pesquisa na internet .....	476
19. Correio eletrônico, webmail, softwares mozilla thunderbird e outlook nas versões atuais de 32 e 64 bits.....	480
20. Ferramentas google: gmail; google meet; google documentos; google planilhas; google drive; google agenda: conceitos e características, uso dos recursos .....	487
21. Microsoft teams: conceitos e características, uso dos recursos .....	492

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Guarda Civil Municipal 3ª Classe

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO: POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA; CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS; CONCEITOS DE AUTONOMIA MUNICIPAL; PARTICIPAÇÃO POPULAR, COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS DO MUNICÍPIO; ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA; PODERES MUNICIPAIS: EXECUTIVO E LEGISLATIVO; PREFEITO MUNICIPAL: POSSE, FUNÇÕES, ATRIBUIÇÕES, AUXILIARES DIRETOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES, ATOS PRIVATIVOS E SUAS FINALIDADES; SUBSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA SE AUSENTAR DO MUNICÍPIO; CÂMARA MUNICIPAL: FUNÇÕES (LEGISLATIVAS, ADMINISTRATIVAS, FISCALIZADORAS E JULGADORAS), INSTALAÇÃO, FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO; CONCEITOS BÁSICOS SOBRE MESA DIRETORA, PLENÁRIO, BANCADA, LEGISLATURA, COMISSÕES, SESSÕES (ORDINÁRIAS, EXTRAORDINÁRIAS E SOLENES); ORÇAMENTO PÚBLICO; BENS MUNICIPAIS: CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES; FORMAS DE INCORPORAÇÃO E ALIENAÇÃO; GERENCIAMENTO, MANUTENÇÃO E CONTROLE PATRIMONIAL**

### LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA

#### TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

#### CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1 - O Município de Arapiraca integra, com autonomia política, administrativa e financeira, a República Federativa do Brasil e o Estado de Alagoas, tendo por fundamento:

I- promover, com a colaboração da União e do Estado de Alagoas, bem assim, com a participação da coletividade, os meios indispensáveis ao desenvolvimento integral da pessoa humana, seu preparo para o pleno exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

II- garantir a cada cidadão o livre exercício dos direitos fundamentais universalmente a ele reconhecidos pela harmônica consciência dos povos e proclamados pela Constituição da República Federativa do Brasil;

III- desenvolver ações permanentes de assistência e amparo aos menores, aos idosos e aos portadores de necessidades especiais;

IV- assegurar a preservação do meio-ambiente, de modo a viabilizar a perenização dos processos ecológicos essenciais e, assim, contribuir para o resguardo da natureza como fonte de vida;

V- estabelecer condições de igualitário acesso ao ensino público, às fontes da cultura nacional e à seguridade social;

VI- fomentar os desportos e o lazer, com amplo acesso para a população, como forma de promoção social;

VII- exercer a administração da coisa pública com guarda aos princípios de prevalência do interesse coletivo, legalidade, moralidade administrativa, impessoalidade e publicidade;

VIII- contribuir para a indissolubilidade da União Federal;

IX- estimular a participação da comunidade no processo decisório municipal, como forma de exercício pleno da cidadania.

Artigo 2 - Todo Poder do Município emana do povo que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos, com a participação das entidades ou por meio de representantes eleitos, com a participação das entidades associativas.

§ 1º - O exercício da soberania popular se dá, na forma desta Lei Orgânica, através de:

I- plebiscito;

II- referendo;

III- iniciativa Popular no Processo Legislativo;

IV- participação em decisões da Administração Pública;

V- fiscalização sobre a Administração Pública.

§ 2º - O exercício indireto do Poder pelo povo se dá por representantes eleitos através de sufrágio universal, por voto direto e secreto, com igual valor para todos e na forma em que dispõe a Legislação Federal.

§ 3º - A participação das entidades associativas dar-se-á na forma em que dispõe esta Lei Orgânica, assegurando-se as seguintes instâncias;

I- assembléia Geral do Município;

II- conferência Municipais de políticas administrativas setoriais;

III- conselhos Populares de políticas administrativas setoriais.

Artigo 3 - Compete ao Município prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e à garantia do bem-estar da comunidade, cumprindo-lhe, privativamente:

I- legislar sobre os assuntos de interesse local;

II- suplementar, no que couber, as legislações federal e estadual;

III- organizar os serviços públicos de interesse local, inclusive e de transporte coletivo, que tem caráter essencial, prestando-os diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão;

IV- criar, organizar e suprimir distritos, respeitando o que estabelece a Constituição Estadual;

V– instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como, aplicar suas rendas;

VI– manter, com a cooperação técnica da União e do Estado, programas de educação pré-escolar, ensino fundamental e cursos profissionalizantes;

VII– proporcionar bons serviços de saúde no atendimento à população, com a cooperação técnica da União e do Estado;

VIII– promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano, onde o município tiver influência e poder decisório, respeitadas as legislações vigentes;

IX– elaborar e executar o Plano Diretor, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

X– constituir a guarda Municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

XI– planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;

XII– legislar sobre a licitação e contratação em todas as modalidades, para administração pública municipal, direta e indireta, inclusive as fundações públicas municipais e as empresas sob seu controle, respeitadas as normas gerais da Legislação Federal;

XIII– fomentar a produção agropecuária, além das outras atividades agrícolas e organizar o abastecimento alimentar;

XIV– promover programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico;

XV– estimular e desenvolver ações de proteção ao patrimônio histórico, artístico, cultural, arqueológico e paisagístico, agindo em sintonia com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural.

Artigo 4 - Rege-se o Município de Arapiraca pelas regras estabelecidas nesta Lei Orgânica e pela Legislação Ordinária que expedir, respeitados os princípios estabelecidos pelas Constituições do Estado de Alagoas e da República Federativa do Brasil.

Artigo 5 - São Símbolos do Município de Arapiraca a Bandeira, o Hino e o Brasão, mantidos com a promulgação desta Lei Orgânica.

## TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Artigo 6 - O Governo Municipal compreende os Poderes Executivo e Legislativo, independente e harmônicos entre si.

### CAPÍTULO II DO PODER LEGISLATIVO

#### SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 7 - O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores eleitos dentre cidadãos maiores de dezoito anos e no gozo dos direitos políticos, por voto direto e secreto.

§ 1º - Determina o número de 17 (dezessete) vereadores para o Município de Arapiraca;

§ 2º - A fixação a que se reporta o parágrafo anterior será aplicada a partir das eleições do ano de 2016;

§ 3º - As alterações realizadas na lei Orgânica do Município foram estabelecidas com base na Emenda Constitucional nº 58/2009.

Artigo 8 - Compete, privativamente à Câmara Municipal:

I– elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

II– ter a iniciativa das leis que fixarão os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, sendo os destes na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39 § 4º, 57 § 7º, 150, II, 153, III e 153 § 2º da Constituição Federal;

III– determinar que os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais terão parcela única e fixa, estando impedidos de receberem ajuda de custo, 13º salário, gratificação adicional, abono, verba de representação e qualquer outra espécie remuneratória. Não sendo admitida a figura da parcela variável antes percebida pelos Vereadores;

IV– estabelecer que os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Vereadores e dos Secretários Municipais serão fixados determinando-se o valor em moeda corrente do país;

V– autorizar que os subsídios tratados neste artigo somente poderão ser alterados por lei específica, observada a iniciativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sem distinção de índices, na mesma data em que ocorrer a revisão da remuneração dos servidores públicos;

VI– definir que os subsídios dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

VII– estabelecer que no caso da não alteração dos subsídios do Prefeito, Vice- Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores na data prevista no inciso V, continuarão sendo pagos os valores do mês anterior ao da data da revisão da remuneração dos funcionários públicos;

VIII– autorizar o chefe do Executivo a se ausentar do município, quando a ausência exceder a quinze dias;

IX– julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito Municipal e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X– sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

XI– fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e fundações;

XII– autorizar referendo e convocar plebiscito, na forma da Lei;

XIII– convocar o Prefeito Municipal e os Secretários Municipais, sempre que necessário, objetivando a prestação de esclarecimentos quanto a assunto de interesse de coletividade;

XIV– deliberar sobre os vetos apostos pelo Prefeito Municipal;

XV– conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito;

XVI– criar, transformar e extinguir os cargos de seus serviços, fixando-lhes a respectiva remuneração;

XVII– processar e julgar os crimes praticados pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores nos termos do que dispõem as Constituições Federal e Estadual, esta Lei Orgânica e a Legislação Complementar.

Artigo 9 - Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do chefe do Executivo, exceto as de competência exclusiva do Legislativo, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

- I- tributos, arrecadação e distribuição de rendas;
- II- orçamentos, operações de critérios e dívida pública do Município;
- III- planos e programas municipais de desenvolvimento;
- IV- criação, extinção e declaração de desnecessidades de cargos e empregos públicos;
- V- política fiscal para agilização do processo de industrialização do Município;
- VI- dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e ter a iniciativa da lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- VII- autorização prévia para a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio público, desde que a receita de capital dela derivada não seja aplicada no financiamento de despesas corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- VIII- autorização para a concessão de serviços públicos, bem como de direito de uso especial, remunerado ou não, de bens públicos;
- IX- aprovação do Plano Diretor;
- X- transferência precária da Sede da Administração Municipal.

Artigo 10 - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábado, domingo ou feriado.

§ 2º - A sessão Legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - No período de 60 dias antecedentes às eleições municipais, o Regimento Interno disporá sobre o funcionamento da Câmara, assim como o regime de votação dos projetos a ela encaminhados.

Artigo 11 - Reunir-se-á extraordinariamente a Câmara Municipal, mediante convocação do Prefeito Municipal ou da maioria dos seus membros, nas hipóteses de intervenção estadual, de urgência ou interesse público relevante.

§ Único - Em sessão extraordinária, apenas deliberará a Câmara Municipal sobre a matéria para qual tiver sido convocada.

Artigo 12 - As deliberações da Câmara Municipal, salvo expressa disposição legal em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

## SEÇÃO II DO REGIMENTO INTERNO

Artigo 13 - O Regimento Interno disciplinará o funcionamento da Câmara de Vereadores, definirá a organização administrativa interna e, obrigatoriamente, disporá sobre:

- I- o exercício da vereança, suas interrupções e suspensões;

II- a composição, o funcionamento e as atribuições das comissões permanentes e temporárias, sendo de instituição necessária, entre as primeiras, as Comissões de Constituições, Justiça e Redação, de Finanças, Orçamento e Fiscalização, Obras e Serviços Públicos;

III- as modalidades e requisitos formais das proposições, bem como o processamento a elas pertinentes;

IV- o procedimento interno de elaborações Legislativas;

V- as condutas de controle e julgamento das contas do Prefeito Municipal;

VI- as convocações do Chefe do Executivo e dos Secretários Municipais;

VII- a composição e a competência da Mesa Diretora e as atribuições dos membros;

VIII- a política interna dos trabalhos da corporação legislativa.

## SEÇÃO III DOS VEREADORES

Artigo 14 - Os Vereadores, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

Artigo 15 - A eleição dos Vereadores dar-se-á simultaneamente à de Prefeito e de Vice-Prefeito, no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder.

Artigo 16 - É vedada a concessão de verba de representação aos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Artigo 17 - Ao Vereador é vedado:

I- desde a expedição do Diploma;

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, funções ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades referidas na alínea anterior;

II- desde a Posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível, ad nutum, nas entidades mencionadas no inciso I, alínea a;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea a;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Artigo 18 - Perderá o mandato o Vereador;

I- que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II- cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III- que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV- que perder ou tiver suspensos seus direitos políticos;

V- que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI- que fixar residência fora do Município.

§ 1º - É incompatível com o decoro no exercício do mandato, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao membro da Câmara Municipal ou as vantagens indevidas;

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e IV, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto por dois terços, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado no órgão legislativo, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III e IV, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara de Vereadores, de ofício ou mediante provocação na forma prevista no parágrafo anterior.

Artigo 19 - Não perderá o mandato o Vereador:

I- investido em cargos de Secretário de Estado ou da Prefeitura do Município;

II- licenciado por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento seja no mínimo de 121 (cento e vinte e um) dias por Sessões Legislativa, podendo todavia reassumir a qualquer tempo o exercício do mandato.

§ 1º - O Suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º - Na hipótese do inciso I, o Vereador poderá optar pela remuneração do cargo eletivo.

#### SEÇÃO IV DO PROCESSO LEGISLATIVO

Artigo 20 - O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I- Emendas à Lei Orgânica;
- II- Leis Complementares;
- III- Leis Ordinárias;
- IV- Leis Delegadas;
- V- Decretos Legislativos;
- VI- Resoluções.

Artigo 21 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I- de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;

II- da população, subscrita por 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município;

III- do Prefeito Municipal.

§ 1º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa;

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Câmara Municipal;

§ 3º - A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver em ambos a aprovação mínima de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

§ 4º - No caso do inciso II, a subscrição deverá ser acompanhada dos dados identificadores do Título Eleitoral;

§ 5º - Não será objeto de deliberação a proposta tendente a abolir, no que couber, o disposto no art. 60, parágrafo 4º da Constituição Federal e as formas de exercício da democracia direta.

Artigo 22 - As leis ordinárias serão objeto de iniciativa do Prefeito Municipal, de qualquer dos membros da Câmara Municipal e de cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Artigo 23 - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

I- criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, autárquica ou fundacional pública, ou, que fixem ou majorarem as respectivas remunerações;

II- organização administrativa, serviços públicos e pessoal da administração direta, autárquica e fundacional pública e seu regime jurídico;

III- provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria e disponibilidade dos servidores municipais;

IV- criação e estabelecimento de atribuições e competência dos órgãos da administração direta municipal.

§ Único - O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa, hipótese em que, não se manifestando a Câmara Municipal dentro do prazo de quarenta e cinco dias, será a proposição incluída na ordem do dia, sobrestando-se, enquanto não se ultime a votação, a deliberação sobre qualquer outra matéria.

Artigo 24 - A iniciativa popular será exercida pela apresentação à Câmara de Vereadores, de projeto de lei subscrito, no mínimo, por um por cento do eleitorado do Município.

Artigo 25 - O projeto aprovado será enviado ao Prefeito Municipal que, aquiescendo-o, o sancionará.

Artigo 26 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito Municipal que, para tanto, deverá solicitar a delegação da Câmara Municipal.

§ 1º - A delegação será concedida mediante resolução;

§ 2º - Prevista a apreciação do projeto pela Câmara de Vereadores, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda;

§ 3º - É vedada a delegação, nos casos de competência privativa da Câmara de Vereadores e na hipótese de matéria pertinente a plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento.

Artigo 27 - O Regimento Interno disporá sobre a elaboração e a expedição das Resoluções e dos Decretos Legislativos.

#### SEÇÃO V DA FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Artigo 28 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e das entidades da administração centralizada e descentralizada, quando à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

§ Único - Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Artigo 29 - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, através de parecer prévio sobre as contas que o Prefeito e a Mesa da Câmara deverão prestar anualmente.

§ 1º - Prestar anualmente à Câmara Municipal, dentro dos sessenta dias após a abertura de cada sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

## LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS

A leitura e a interpretação de textos são habilidades fundamentais para a compreensão e a comunicação em qualquer contexto, seja acadêmico, profissional ou cotidiano. Compreender o significado de palavras, expressões, frases e parágrafos exige não apenas um conhecimento linguístico, mas também a capacidade de relacionar informações, identificar intencionalidades e construir sentidos a partir do texto. Essas competências são desenvolvidas por meio da prática constante e do aprendizado de estratégias de leitura que permitem ao leitor lidar com diferentes níveis de complexidade textual.

### O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

### IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PALAVRAS

Compreender o significado das palavras é o primeiro passo para a interpretação textual. As palavras possuem significados que podem variar dependendo do contexto em que são utilizadas, exigindo do leitor atenção às nuances da linguagem.

#### ► Significado Denotativo e Conotativo

▪ **Denotativo:** É o significado literal ou objetivo da palavra, aquele encontrado nos dicionários. Por exemplo, “casa” denotativamente refere-se a uma construção destinada à habitação.

▪ **Conotativo:** É o significado figurado ou subjetivo, frequentemente carregado de emoções e associações culturais. Por exemplo, “casa” conotativamente pode representar acolhimento, segurança ou família.

O leitor precisa discernir qual dos significados está sendo utilizado no texto, considerando o contexto e o objetivo do autor.

#### ► Palavras de Sentido Contextual

Algumas palavras adquirem significados específicos dependendo do contexto. Expressões como “raiz” podem ter conotações matemáticas, botânicas ou culturais, dependendo do tema abordado. Por isso, é essencial que o leitor examine o campo semântico do texto para interpretar corretamente essas palavras.

### IDENTIFICAÇÃO DE EXPRESSÕES E FIGURAS DE LINGUAGEM

As expressões e as figuras de linguagem enriquecem o texto e, muitas vezes, carregam sentidos que vão além do óbvio. Compreendê-las é essencial para a interpretação adequada.

#### ► Expressões Idiomáticas

Expressões idiomáticas, como “chutar o balde” ou “ficar de mãos atadas”, possuem significados que não podem ser deduzidos apenas pela análise literal. O leitor deve conhecer essas expressões ou deduzir seus sentidos pelo contexto.

#### ► Figuras de Linguagem

As figuras de linguagem, como metáforas, hipérboles, ironias e antíteses, conferem profundidade ao texto. Por exemplo:

▪ Em “o tempo é um rio que corre”, a metáfora relaciona o tempo à fluidez de um rio, criando uma imagem mental que transcende o significado literal.

▪ A ironia, por sua vez, exige sensibilidade do leitor para perceber que o autor pode estar expressando o oposto do que é dito, como em “que ótimo, mais uma reunião interminável!”

Reconhecer e interpretar essas figuras é fundamental para compreender o tom e a intenção do autor.

### COMPREENSÃO DE FRASES NO CONTEXTO

As frases são unidades que carregam informações específicas no texto. Interpretá-las exige atenção à relação entre as palavras e à lógica interna da sentença.

#### ► Frases Afirmativas, Negativas e Interrogativas

Cada tipo de frase cumpre uma função específica no texto:

▪ **Afirmativas:** Apresentam ideias ou informações, como em “A leitura amplia o conhecimento.”

▪ **Negativas:** Expressam negações ou contradições, como em “A leitura não é apenas uma atividade solitária.”

▪ **Interrogativas:** Podem sugerir questionamento, reflexão ou ironia, dependendo do contexto, como em “Quem não gostaria de entender melhor os textos?”

O leitor deve considerar o impacto que cada tipo de frase tem na construção do significado global do texto.

► Relações Sintáticas

A interpretação de uma frase também depende da identificação de conexões sintáticas, como a presença de conjunções que indicam causa, consequência, oposição ou adição. Por exemplo:

“Embora chovesse, eles foram ao parque.” Aqui, “embora” introduz uma ideia de concessão, que modifica a expectativa do leitor.

INTERPRETAÇÃO DE PARÁGRAFOS

Os parágrafos são as unidades de maior complexidade dentro do texto, pois geralmente apresentam uma ideia central desenvolvida por meio de informações complementares. Interpretar um parágrafo exige a habilidade de identificar sua estrutura interna e as intenções do autor.

► Identificação da Ideia Central

Cada parágrafo geralmente possui uma ideia principal, que pode estar explícita em uma frase tópica ou implícita no conjunto de informações apresentadas. Por exemplo:

▪ Em um texto argumentativo, a ideia central pode ser introduzida na primeira frase do parágrafo, sendo sustentada por exemplos ou justificativas subsequentes.

► Coesão e Coerência

A interpretação do parágrafo também depende de sua coesão (como as palavras e frases se conectam) e coerência (como as ideias fazem sentido juntas). O uso de pronomes, conectores e sinônimos contribui para a coesão textual, enquanto a coerência depende de uma lógica interna que o leitor precisa identificar.

► Inferências e Implicações

Muitas vezes, o autor não apresenta todas as informações de forma explícita, esperando que o leitor faça inferências. Por exemplo:

▪ No parágrafo “Ele chegou ao restaurante e, ao perceber o que estava no prato, perdeu o apetite”, o autor não especifica o que havia no prato, mas sugere que era algo desagradável.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

**MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO: DESCRITIVO, NARRATIVO, ARGUMENTATIVO, INJUNTIVO, EXPOSITIVO E DISSERTATIVO**

Ao escrever, é essencial considerar a situação de escrita proposta. Existem inúmeras situações de comunicação, e seu texto pode se organizar de diferentes maneiras, dependendo do contexto e do objetivo comunicativo.

Há casos em que a linguagem é empregada de forma mais convencional. Por exemplo, ao ensinar alguém a preparar um bolo, a linguagem geralmente se apresenta como uma receita. Se o propósito for promover ou vender um produto, utilizamos anúncios publicitários. Já se a intenção é informar a população sobre um acontecimento, recorremos à notícia. Em outras palavras, a variedade de situações de comunicação resulta em diferentes maneiras de utilizar a linguagem.

Existem aquelas situações que se constituem por elementos verbais (representados pela imagem de um livro, uma pena e papel), outras por elementos visuais (como a câmera fotográfica, a paleta com pincel, e as máscaras do teatro mudo), outras ainda pelo elemento vocal (ilustradas por notas musicais e instrumentos), e também aquelas que integram esses três tipos de linguagem (como o cinema e o teatro). Em cada uma dessas situações, a linguagem assume formas e conteúdos específicos e característicos.

Esses tipos de textos que usamos frequentemente em nosso dia a dia, conforme as variadas situações comunicativas, são chamados de gêneros textuais. Eles se referem à forma como a língua se organiza nos textos nas interações sociais.

Com o passar do tempo, diferentes gêneros foram desenvolvidos em função das diversas situações socioculturais e comunicativas. Cada um possui uma organização particular da linguagem, com um conteúdo (assunto) característico da respectiva situação comunicativa, podendo ser mais aberto ou mais restrito ao estilo (marca pessoal) do autor.

Vale ressaltar que um texto não precisa se limitar a um único gênero textual, embora geralmente um deles prevaleça. Textos, tanto orais quanto escritos, que têm o propósito de estabelecer algum tipo de comunicação, possuem características básicas que permitem identificar seu gênero textual. Entre essas características estão o tipo de assunto abordado, quem é o emissor, quem é o receptor, a finalidade do texto, e o tipo de texto (se é narrativo, argumentativo, instrucional, etc.).

Distinguindo

Há diferentes nomenclaturas [O gênero textual também pode ser chamado de gênero discursivo. Essa variação ocorre conforme a perspectiva teórica adotada: uma enfatiza questões ideológicas e sociais discursivas, enquanto a outra se concentra mais na forma. Neste momento, não vamos aprofundar essa distinção.] relacionadas aos gêneros, mas nem todas significam a mesma coisa.

É fundamental diferenciar o que é gênero textual, gênero literário e tipo textual. Cada uma dessas classificações está relacionada aos textos, mas possuem significados totalmente distintos. A seguir, veja uma breve explicação sobre o que são gênero literário e tipo textual:

– **Gêneros Textuais:** referem-se às formas de estruturação dos textos conforme as diferentes situações de comunicação. Eles podem surgir em diversos contextos comunicativos (literário, jornalístico, digital, judiciário, entre outros). Exemplos de gêneros textuais incluem: romance, conto, receita, notícia, bula de remédio.

– **Gênero Literário:** trata-se dos gêneros textuais nos quais a forma, o estilo autoral e a organização da linguagem possuem uma preocupação estética. Eles são classificados conforme sua estrutura, podendo ser do gênero lírico, dramático ou épico. Pode-se dizer que todo gênero literário é um gênero textual, mas nem todo gênero textual é um gênero literário.

– **Tipo Textual:** refere-se à maneira como a linguagem é organizada dentro de cada gênero. Está relacionado ao uso dos verbos e pode ser classificado como narrativo, descritivo, expositivo, dissertativo-argumentativo, injuntivo, preditivo e dialogal. Cada uma dessas categorias varia de acordo com a apresentação do texto e a finalidade para a qual ele foi elaborado.

Abaixo, apresentaremos os gêneros discursivos mais comuns. Cada gênero é agrupado de acordo com a predominância do tipo textual.

— Gêneros textuais predominantemente do tipo textual narrativo

#### Romance

O romance é um texto extenso, com tempo, espaço e personagens claramente definidos. Pode conter momentos em que o tipo narrativo dá lugar ao descritivo para caracterizar personagens e ambientes. As ações no romance tendem a ser mais longas e complexas. A narrativa pode envolver as aventuras de um protagonista em uma história de amor, muitas vezes com barreiras ou proibições.

No entanto, existem romances com uma variedade de temas, como os romances históricos (que abordam eventos de períodos específicos da história), romances psicológicos (focados nas reflexões e conflitos internos de um personagem), e romances sociais (que refletem o comportamento de uma determinada parte da sociedade, com o objetivo de fazer uma crítica social).

Entre os romancistas brasileiros destacados, podemos citar Machado de Assis, Guimarães Rosa, e Eça de Queiroz, entre outros.

#### Conto

O conto é uma narrativa breve e ficcional, geralmente escrita em prosa, que aborda situações cotidianas, anedotas e até elementos do folclore. Originalmente, fazia parte da tradição oral. Boccaccio foi o primeiro a registrar o conto de forma escrita em sua obra “Decamerão”. Este gênero, que pertence à esfera literária, é caracterizado por ser uma narrativa concisa e intensa que se desenvolve em torno de uma única ação. Geralmente, o leitor é inserido em uma ação que já está em progresso, sem muitas explicações sobre o que ocorreu antes ou depois desse momento narrado. Há uma construção de tensão ao longo de todo o conto.

Diferentes contos são desenvolvidos dentro da tipologia narrativa, como o conto de fadas (com personagens do universo fantástico), contos de aventura (envolvendo personagens em contextos mais realistas), contos folclóricos (ou populares), con-

tos de terror ou assombração (com cenários sombrios que visam provocar medo no leitor), e contos de mistério (envolvendo suspense e a resolução de um enigma).

#### Fábula

A fábula é uma narrativa de caráter fantástico, onde os eventos são inverossímeis. As personagens principais geralmente não são seres humanos, e o objetivo da fábula é transmitir uma lição moral.

#### Novela

A novela é um gênero que se situa entre o romance e o conto em termos de extensão. É composta por um grande número de personagens, organizados em diferentes núcleos que nem sempre interagem ao longo do enredo. Exemplos notáveis de novelas incluem “O Alienista” de Machado de Assis e “A Metamorfose” de Franz Kafka.

#### Crônica

A crônica é uma narrativa curta e informal, vinculada ao cotidiano e escrita em linguagem coloquial. Pode ter um tom humorístico ou trazer uma crítica indireta, especialmente quando é publicada em seções de jornais, revistas, ou apresentada em programas de televisão. Na literatura brasileira, vários cronistas se destacam, como Luís Fernando Veríssimo, Rubem Braga e Fernando Sabino.

#### Diário

O diário é escrito em linguagem informal e sempre apresenta a data, sem um destinatário específico; geralmente, é direcionado à própria pessoa que o escreve. Ele serve como um registro dos acontecimentos do dia, com o objetivo de preservar memórias e, em alguns casos, servir como um espaço para desabafar. Veja um exemplo:

*“Domingo, 14 de junho de 1942*

*Vou começar a partir do momento em que ganhei você, quando o vi na mesa, no meio dos meus outros presentes de aniversário. (Eu estava junto quando você foi comprado, e com isso eu não contava.)*

*Na sexta-feira, 12 de junho, acordei às seis horas, o que não é de espantar; afinal, era meu aniversário. Mas não me deixam levantar a essa hora; por isso, tive de controlar minha curiosidade até quinze para as sete. Quando não dava mais para esperar, fui até a sala de jantar, onde Moortje (a gata) me deu as boas-vindas, esfregando-se em minhas pernas.”*

Trecho retirado do livro “Diário de Anne Frank”.

— Gêneros textuais predominantemente do tipo textual descritivo

#### Currículo

O currículo é um gênero que pertence principalmente ao tipo textual descritivo. Nele, são detalhadas as qualificações e experiências profissionais de uma pessoa.

### **Laudo**

O laudo é um gênero também pertencente ao tipo textual descritivo. Sua função é descrever os resultados de análises, exames ou perícias, tanto no campo médico quanto em questões técnicas.

Outros exemplos de gêneros textuais que se enquadram no tipo descritivo incluem: folhetos turísticos, cardápios de restaurantes e anúncios classificados.

— Gêneros textuais predominantemente do tipo textual expositivo

#### **Resumos e Resenhas**

Nesses gêneros, o autor faz uma breve descrição da obra (que pode ser cinematográfica, musical, teatral ou literária) com o intuito de divulgá-la de forma resumida.

Na verdade, o resumo e a resenha são análises da obra, com linguagem que pode variar em formalidade. Geralmente, os resenhistas são especialistas na área devido ao vocabulário específico que utilizam e, por serem estudiosos do assunto, suas críticas ou elogios podem influenciar a venda e a recepção do produto.

#### **Verbete de dicionário**

Este é um gênero predominantemente expositivo, cujo objetivo é apresentar conceitos e significados das palavras de uma língua.

#### **Relatório Científico**

O relatório científico é um gênero predominantemente expositivo que descreve as etapas de uma pesquisa, bem como caracteriza os procedimentos realizados durante o processo.

#### **Conferência**

A conferência é predominantemente um gênero textual expositivo, mas também pode ser argumentativo. Nesse contexto, o orador apresenta conhecimentos e pontos de vista sobre um determinado tema. É um gênero que muitas vezes é realizado na modalidade oral.

Outros exemplos de gêneros textuais pertencentes ao tipo expositivo incluem: enciclopédias e resumos escolares.

— Gêneros textuais pertencentes aos textos argumentativos

#### **Artigo de Opinião**

É bastante comum encontrar, seja no rádio, na TV, nas revistas ou nos jornais, debates sobre temas polêmicos que estimulam os ouvintes, espectadores e leitores a formarem uma opinião, e é nesse contexto que o autor normalmente expressa seu ponto de vista por meio do artigo de opinião.

Nos textos argumentativos, o autor tem o propósito de vencer seus interlocutores, e para alcançar esse objetivo, ele precisa apresentar argumentos sólidos, que envolvem tanto fatos quanto opiniões.

O artigo de opinião é baseado nas impressões e perspectivas pessoais do autor, o que faz com que seja suscetível a questionamentos e contestação.

### **Discurso Político**

O discurso político é um texto argumentativo de natureza fortemente persuasiva, geralmente feito em prol do bem comum, fundamentado nos pontos de vista do orador ou daqueles que ele representa, além de incorporar informações que refletem valores sociais, políticos, religiosos e outros.

Frequentemente, assume a forma de uma fala coletiva que busca se impor em nome dos interesses da comunidade e estabelecer normas para o futuro. Insere-se em uma dinâmica social que constantemente o ajusta a novas circunstâncias, e em períodos eleitorais, sua adaptabilidade permite respostas que oscilam entre a satisfação individual e os grandes objetivos sociais, atendendo às necessidades fundamentais da população.

Hannah Arendt, em “The Human Condition”, afirma que o discurso político tem como finalidade persuadir os outros, seja para impor uma opinião ou para conquistar admiração. Para isso, depende de uma argumentação lógica e do uso eloquente da oratória, que busca atrair o público por meio de afetos e emoções.

O discurso político é um dos gêneros mais antigos da vida em sociedade. Na Grécia antiga, o político era o cidadão da “pólis” (cidade, vida em sociedade), que tomava decisões sobre os negócios públicos por meio do diálogo na “agora” (praça onde ocorriam as assembleias dos cidadãos), utilizando palavras persuasivas. Assim, surgiu o discurso político, fundamentado na retórica e na oratória, voltado para convencer a população.

O discurso político requer um espaço de visibilidade para que o cidadão possa impor suas ideias, valores e projetos, utilizando o poder persuasivo das palavras e instaurando um processo de sedução através de recursos estéticos, como construções frasais, metáforas, imagens e jogos de linguagem. Utilizando a persuasão e a eloquência, fundamenta-se em decisões sobre o futuro, comprometendo-se com aquilo que pode ser realizado.

#### **Requerimento**

O requerimento é predominantemente dissertativo-argumentativo. Sua função é solicitar algo ou um procedimento específico. Ele é considerado dissertativo-argumentativo devido à presença de argumentos que buscam convencer a autoridade ou a instituição a conceder o pedido.

Outros exemplos de gêneros textuais que pertencem ao tipo argumentativo incluem: abaixo-assinados, manifestos e sermões.

— Gêneros textuais predominantemente do tipo textual injuntivo

#### **Bulas de remédio**

A bula de remédio possui também elementos do tipo textual descritivo. Ela inclui descrições sobre a composição do medicamento, bem como instruções sobre seu uso.

#### **Manual de instruções**

O manual de instruções tem o propósito de orientar sobre os procedimentos de uso ou montagem de um determinado equipamento.

Outros exemplos de gêneros textuais que pertencem ao tipo injuntivo são: receitas culinárias e instruções em geral.

# CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA

**ORIGEM DA REGIÃO DE ARAPIRACA. PRIMEIRAS OCUPAÇÕES E INÍCIO DO POVOAMENTO. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ADMINISTRATIVA. HABITANTES, CONFLITOS, EDIFICAÇÕES, ATIVIDADES ECONÔMICAS**

## **ORIGEM E PRIMEIRAS OCUPAÇÕES DO TERRITÓRIO**

A origem do território onde hoje se localiza Arapiraca remonta ao período colonial, ainda no século XIX, quando as terras eram cobertas por extensas áreas de mata e utilizadas de forma dispersa por caçadores, criadores e pequenos agricultores. A denominação “Arapiraca” tem origem indígena e está ligada à existência de uma árvore da espécie conhecida como “arapiraca”, que teria servido de abrigo para os primeiros habitantes e referência geográfica para os que cruzavam a região. Assim, o nome passou a designar o lugar de forma natural.

As primeiras ocupações permanentes ocorreram com a chegada de famílias que buscavam novas áreas para exploração agrícola, especialmente no contexto da interiorização da economia nordestina, marcada pela decadência do ciclo da cana-de-açúcar no litoral e a busca por alternativas no interior. Inicialmente, o cultivo de subsistência, como mandioca, feijão e milho, era a principal atividade agrícola. Esses pequenos núcleos de ocupação formavam os primeiros alicerces da futura cidade.

A configuração inicial do território era caracterizada por propriedades familiares com produção voltada principalmente para o consumo interno. Os recursos naturais disponíveis, como a fertilidade do solo e a presença de fontes de água, contribuíram para a fixação dos primeiros moradores, que passaram a desenvolver práticas agrícolas rudimentares. A ausência de grandes centros urbanos por perto e a distância do litoral permitiram que a cultura local se formasse com forte identidade sertaneja, enraizada nas tradições nordestinas.

A mobilidade dos primeiros habitantes também foi influenciada pelas rotas de tropeiros e pelo comércio entre regiões vizinhas, o que proporcionou trocas de produtos e saberes culturais. Com o passar dos anos, a ocupação foi se tornando mais densa, dando origem a pequenas aglomerações em torno de pontos estratégicos, como caminhos naturais, nascentes e, posteriormente, edificações religiosas. Esses elementos serviram como eixos estruturadores do povoamento inicial de Arapiraca.

## **INÍCIO DO POVOAMENTO E FORMAÇÃO URBANA**

O início do povoamento efetivo de Arapiraca ocorreu na segunda metade do século XIX, quando famílias vindas de outras regiões de Alagoas e estados vizinhos fixaram residência em busca de terras férteis e oportunidades de sobrevivência no interior.

A presença de recursos naturais e a localização estratégica entre o litoral e o sertão favoreceram esse processo. As terras de Arapiraca eram especialmente atrativas para a agricultura de subsistência, o que permitiu a fixação de pequenos agricultores que logo formaram os primeiros agrupamentos humanos.

Um marco simbólico e organizador do espaço urbano foi a construção da capela de Nossa Senhora do Bom Conselho, em 1864. A devoção à santa atraiu fiéis de áreas vizinhas e transformou o local em ponto de convergência social, religiosa e comercial. Essa dinâmica é recorrente na formação de cidades do Nordeste, onde os templos religiosos não apenas satisfaziam a necessidade espiritual, mas também desempenhavam papel central na constituição da identidade comunitária e no delineamento urbano inicial.

A partir da construção da capela, casas começaram a surgir ao seu redor, formando um núcleo populacional cada vez mais denso. Os primeiros imóveis eram simples, feitos de taipa, com coberturas de palha ou telha artesanal. A distribuição das moradias obedecia à lógica espontânea da ocupação, com os caminhos de acesso transformando-se em ruas e os espaços comuns tornando-se pontos de encontro e trocas. Os moradores passaram a organizar feiras e pequenos comércios, o que estimulou o desenvolvimento da economia local.

O crescimento do povoado foi gradativo, sustentado pelo dinamismo da feira livre que rapidamente ganhou importância regional. Arapiraca se firmou como entreposto comercial entre as áreas rurais e os centros urbanos maiores, facilitando o escoamento da produção agrícola e atraindo novos moradores. A diversidade de produtos oferecidos, como gêneros alimentícios, ferramentas, tecidos e animais, fortaleceu o papel da feira como motor da economia local.

Com a consolidação do povoamento, começaram a surgir pequenas iniciativas de infraestrutura, como o calçamento de vias centrais, construção de cisternas comunitárias e abertura de caminhos para ligar o povoado a outras localidades. Ainda que de forma incipiente, esses elementos indicavam uma transição entre um agrupamento rural disperso e a formação de um centro urbano em desenvolvimento.

Esse período marcou o nascimento de uma identidade coletiva entre os habitantes, unida não apenas pela devoção religiosa, mas também pela cooperação no trabalho agrícola, pela solidariedade comunitária e pelo senso de pertencimento ao território.

O povoamento de Arapiraca, portanto, foi um processo orgânico, moldado pela interação entre geografia, cultura, religião e economia, que resultou no surgimento de uma cidade com características únicas dentro do cenário nordestino.

### EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ADMINISTRATIVA

A trajetória histórica e administrativa de Arapiraca reflete um típico processo de consolidação municipal no interior do Nordeste brasileiro. A transformação do povoado em cidade foi marcada por uma sequência de eventos que envolveram crescimento populacional, desenvolvimento econômico e reivindicações políticas por maior autonomia. Desde seus primeiros passos como povoado, Arapiraca apresentou sinais de dinamismo regional, o que contribuiu para sua elevação progressiva de categoria administrativa ao longo das décadas.

Inicialmente, Arapiraca fazia parte do território de Limoeiro de Anadia, município do qual dependia administrativa e politicamente. Com o fortalecimento do núcleo urbano e o aumento de sua importância econômica – especialmente devido ao comércio local e à feira livre que atraía habitantes de diversos pontos da região – cresceu também a pressão por autonomia. Essa mobilização culminou na elevação de Arapiraca à condição de vila em 1924, por meio da Lei Estadual nº 1.126. Esse foi o primeiro passo rumo à emancipação política.

Três anos depois, em 30 de outubro de 1927, Arapiraca foi elevada à categoria de município, tornando-se oficialmente independente de Limoeiro de Anadia. A criação do município possibilitou a instalação da prefeitura, da câmara de vereadores e da estrutura administrativa local, o que contribuiu para uma gestão mais eficaz dos assuntos regionais. Essa nova fase trouxe consigo maior visibilidade política e acesso a recursos públicos que foram investidos em melhorias urbanas e na estruturação dos serviços públicos essenciais.

A consolidação de Arapiraca como município coincidiu com o crescimento de sua principal atividade econômica: a produção de fumo. Durante as décadas de 1950 a 1970, Arapiraca se destacou como o maior polo fumageiro do Brasil, sendo responsável por grande parte da produção e comercialização do fumo na região Nordeste. Esse ciclo do fumo não apenas impulsionou a economia local, mas também atraiu investimentos, gerou empregos e possibilitou melhorias na infraestrutura urbana, como pavimentação de ruas, construção de escolas, mercados públicos e estabelecimentos de saúde.

Com o declínio da fumaicultura nas décadas seguintes, Arapiraca passou por um processo de diversificação econômica. O setor comercial foi ampliado, indústrias de pequeno e médio porte se instalaram e os serviços, especialmente nas áreas de educação e saúde, passaram a ocupar papel de destaque. A cidade passou a ser vista como polo de desenvolvimento do Agreste alagoano, exercendo influência sobre dezenas de municípios vizinhos.

No campo político-administrativo, Arapiraca fortaleceu sua representação estadual e nacional, elegendo representantes para a Assembleia Legislativa e para o Congresso Nacional. Além disso, houve avanços significativos na governança municipal, com a criação de órgãos públicos especializados, como secretarias temáticas, conselhos municipais e estruturas participativas de planejamento urbano e social.

Atualmente, Arapiraca é reconhecida como a segunda maior cidade de Alagoas em termos de população e importância econômica, atrás apenas da capital Maceió. Sua evolução administrativa reflete a capacidade da cidade de se reinventar ao longo do

tempo, adaptando-se às transformações políticas e econômicas, mantendo sua relevância regional e contribuindo para o desenvolvimento do estado.

### HABITANTES, CONFLITOS E DESENVOLVIMENTO URBANO

A formação da população de Arapiraca se deu, em grande parte, pela migração interna de famílias nordestinas que buscavam melhores condições de vida no interior de Alagoas. Esses primeiros habitantes eram, sobretudo, pequenos agricultores, vaqueiros e comerciantes que se estabeleceram de forma espontânea no território. A base social era formada por núcleos familiares extensos, com forte presença da religiosidade católica, práticas culturais sertanejas e tradições ligadas ao trabalho no campo.

O modo de vida era simples e marcado pela cooperação entre os moradores, que enfrentavam desafios comuns como a escassez de infraestrutura, o isolamento geográfico e a dependência das condições climáticas para a produção agrícola.

Com o passar dos anos, a cidade experimentou um crescimento acelerado que, embora positivo, também trouxe conflitos e transformações sociais. Um dos primeiros e mais significativos conflitos da história local foi de natureza fundiária. A ausência de regulamentação das terras e a falta de documentos formais de propriedade deram origem a disputas entre famílias, posseiros e novos migrantes. Em alguns casos, esses conflitos envolveram violência e marcaram a luta pela regularização territorial, exigindo mediação por parte das autoridades locais.

No campo político, as décadas de 1930 a 1950 foram marcadas por disputas intensas entre grupos familiares que disputavam o controle do poder municipal. Tais rivalidades geravam instabilidade administrativa e interferiam no desenvolvimento urbano. Essas disputas refletiam um cenário comum em muitos municípios do interior nordestino, onde o poder político era frequentemente concentrado em grupos oligárquicos locais. Apesar dos entraves, Arapiraca conseguiu manter seu crescimento, sobretudo graças à força do setor agrícola e ao papel desempenhado por lideranças que, mesmo em meio aos conflitos, buscaram melhorias estruturais para a cidade.

O desenvolvimento urbano de Arapiraca seguiu uma lógica inicialmente espontânea, com crescimento desordenado em torno do centro religioso e comercial. As primeiras edificações eram casas de taipa com coberturas de palha ou telha artesanal. Com o tempo, começaram a surgir construções de alvenaria, estabelecimentos comerciais, escolas, unidades de saúde e prédios administrativos. A cidade foi se expandindo sem um plano diretor definido, o que resultou em alguns problemas de mobilidade, ocupação irregular e infraestrutura deficitária em áreas periféricas.

No entanto, a partir da década de 1970, iniciou-se um esforço de urbanização mais planejado, impulsionado pelo aumento da arrecadação municipal e por investimentos estaduais e federais. Foram pavimentadas avenidas, criadas áreas de lazer e espaços públicos como praças e mercados. O centro urbano passou a concentrar as principais atividades econômicas e de serviços, enquanto os bairros periféricos absorviam a crescente população vinda da zona rural ou de municípios vizinhos.

O perfil dos habitantes também foi se modificando. Se antes predominavam os trabalhadores rurais e comerciantes informais, o avanço da educação e da economia local permitiu a formação de uma classe média urbana, composta por servidores públicos, profissionais liberais e pequenos empresários. Esse novo perfil demográfico impulsionou a demanda por serviços de saúde, educação, moradia e lazer, o que forçou o poder público a investir em infraestrutura urbana e ampliar os serviços essenciais.

Em termos culturais, a população de Arapiraca manteve fortes vínculos com suas raízes sertanejas, expressas em festas populares, tradições religiosas e manifestações artísticas como o reisado, a quadrilha junina e os festejos de padroeira. Essa preservação cultural contribuiu para fortalecer a identidade do município, mesmo diante da urbanização crescente e da modernização dos modos de vida.

O desenvolvimento urbano de Arapiraca é, portanto, resultado de múltiplos fatores: a resistência e o trabalho de seus habitantes, a superação de conflitos históricos, o aproveitamento de sua posição geográfica estratégica e a capacidade de adaptação às mudanças econômicas e sociais. Esse processo reforça a importância de compreender o município não apenas como um espaço físico, mas como um organismo social em constante transformação, cuja história é feita pelas pessoas que o constroem diariamente.

**SITUAÇÃO ATUAL: ASPECTOS FÍSICOS E GEOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO: CLIMA, RELEVO, POPULAÇÃO, LOCALIZAÇÃO (REGIÃO E MICRORREGIÃO), ÁREA, LIMITES MUNICIPAIS, DISTRITOS, CARACTERÍSTICAS URBANAS, ATIVIDADES ECONÔMICAS PREDOMINANTES; PATRIMÔNIO NATURAL, CULTURAL, HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO. ATRAÇÕES TURÍSTICAS, CULTURAIS E DE LAZER, DATAS COMEMORATIVAS E DESTAQUES DO MUNICÍPIO; PERSONALIDADES HISTÓRICAS E CONTEMPORÂNEAS. POSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA DIVISÃO REGIONAL TURÍSTICA DO ESTADO E SUA CLASSIFICAÇÃO NO MAPA**

#### ASPECTOS FÍSICOS, GEOGRÁFICOS E POPULACIONAIS DE ARAPIRACA (ALAGOAS)

Arapiraca, situada no coração do estado de Alagoas, representa um dos municípios mais expressivos da região Nordeste do Brasil, especialmente no tocante ao dinamismo econômico e crescimento urbano no interior do estado. O entendimento de seus aspectos físicos, geográficos e populacionais é fundamental para compreender sua importância regional. Nesta seção, serão exploradas características como clima, relevo, hidrografia, vegetação, localização, área territorial, limites e dados populacionais.

##### ► Localização geográfica e área

Arapiraca pertence à mesorregião do Agreste Alagoano, integrando a microrregião homônima. Está localizada a cerca de 120 quilômetros da capital estadual, Maceió, o que a torna um ponto estratégico de ligação entre o litoral e o sertão. Essa posição privilegiada facilita o escoamento da produção agrícola e industrial, além de integrar fluxos comerciais e populacionais no estado.

O município ocupa uma área de aproximadamente 351 km<sup>2</sup>. Sua extensão territorial, embora relativamente pequena em comparação a outros municípios do interior nordestino, comporta uma estrutura urbana consolidada, com elevado grau de urbanização, e uma zona rural ainda ativa, principalmente nas atividades agropecuárias.

##### ► Limites municipais

Arapiraca faz divisa com os seguintes municípios:

- Ao norte: Limoeiro de Anadia e Taquarana
- Ao sul: São Sebastião
- A leste: Igaci
- A oeste: Feira Grande, Lagoa da Canoa e Craíbas

Essa configuração contribui para a formação de um eixo regional de integração socioeconômica, no qual Arapiraca atua como centro urbano irradiador de serviços e infraestrutura.

##### ► Relevo e hidrografia

O relevo de Arapiraca é típico da região Agreste, caracterizado por suaves ondulações, com presença de colinas, planaltos residuais e áreas levemente acidentadas. A altitude média gira em torno de 250 metros acima do nível do mar, favorecendo um clima relativamente ameno em comparação ao sertão.

Do ponto de vista hidrológico, o município é cortado por pequenos rios e riachos sazonais. Embora não conte com grandes cursos d'água permanentes, há destaque para a Lagoa do Perucaba, importante corpo hídrico local, que além de relevância ambiental, tem papel cultural e turístico. A presença de açudes também é comum, utilizados principalmente para abastecimento e irrigação agrícola.

##### ► Clima e vegetação

O clima predominante é o tropical semiárido (classificação BSh na escala de Köppen), com duas estações bem definidas: uma chuvosa, que vai de abril a agosto, e outra seca, de setembro a março. A temperatura média anual situa-se entre 22 °C e 32 °C, sendo os meses de janeiro a março os mais quentes e secos.

A vegetação típica é a caatinga arbustiva e caducifólia, com presença de espécies adaptadas à seca. Em áreas úmidas ou de uso agrícola, há ocorrência de vegetação de transição, pastagens e culturas permanentes. Fragmentos de mata ciliar são observados ao longo de pequenos cursos d'água, embora sofram com a pressão urbana e agrícola.

##### ► População: dados gerais e tendências

A população de Arapiraca está estimada em mais de 230 mil habitantes, de acordo com os dados mais recentes do IBGE. Essa marca faz do município o segundo mais populoso de Alagoas, atrás apenas da capital Maceió. A densidade demográfica ultrapassa os 650 habitantes por km<sup>2</sup>, um índice elevado para os padrões do interior nordestino.

A urbanização é um dos aspectos mais marcantes da cidade. Mais de 90% da população vive em áreas urbanas, reflexo do processo acelerado de crescimento e expansão urbana observado

nas últimas décadas. Arapiraca se tornou polo migratório para moradores de municípios vizinhos e regiões rurais, em busca de melhores condições de trabalho, educação e saúde.

As faixas etárias mais expressivas estão entre os 15 e 44 anos, o que confere ao município um perfil populacional jovem e produtivo. Isso impacta diretamente em suas políticas públicas, sobretudo nas áreas de educação, geração de empregos e capacitação profissional.

Arapiraca é um exemplo de município com forte identidade regional e relevância estratégica no interior do estado. Sua configuração física e geográfica favorece a ocupação urbana, a atividade econômica e a oferta de serviços. Já seu perfil populacional jovem e urbano representa tanto uma vantagem quanto um desafio para o planejamento municipal.

Esses elementos são fundamentais para orientar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentável na região.

#### **CARACTERÍSTICAS URBANAS E ECONOMIA PREDOMINANTE DE ARAPIRACA (ALAGOAS)**

O desenvolvimento urbano de Arapiraca é um dos mais destacados no interior do Nordeste brasileiro. Ao longo das últimas décadas, a cidade consolidou-se como polo regional de comércio, serviços e indústria, tornando-se uma referência em planejamento urbano e expansão econômica.

##### **► Desenvolvimento urbano e estrutura da cidade**

Arapiraca apresenta uma estrutura urbana organizada e em constante expansão. A cidade passou por uma significativa transformação desde a década de 1970, quando o cultivo do fumo era a principal atividade econômica. Com o declínio dessa cultura, houve a necessidade de diversificação produtiva, o que impulsionou o crescimento do setor de comércio e serviços.

O município é dotado de bairros bem definidos, com infraestrutura básica como pavimentação, sistema de abastecimento de água e energia elétrica, além de rede de transporte urbano. Nos últimos anos, foram realizados investimentos na mobilidade, com a ampliação de avenidas, modernização do terminal rodoviário e implantação de ciclovias e áreas de lazer.

A área central abriga grande parte do comércio varejista, bancos, serviços públicos e instituições educacionais. Bairros como Capiatã, Brasília, Baixão, Cavaco e Eldorado concentram parte relevante da população e apresentam boa infraestrutura habitacional e de serviços.

##### **► Educação, saúde e infraestrutura social**

A cidade é reconhecida por seu papel educacional, sendo sede de instituições públicas e privadas de ensino superior, como o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e polos da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Também possui uma ampla rede de escolas municipais e estaduais, além de centros técnicos e profissionalizantes.

Na saúde, destaca-se o Hospital de Emergência do Agreste, referência para vários municípios vizinhos, além de unidades básicas de saúde bem distribuídas. O município também investe em políticas públicas de assistência social, esporte e lazer, com destaque para os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e para programas de inclusão social.

##### **► Economia predominante e setores de destaque**

A economia de Arapiraca é diversificada e encontra-se em constante expansão. Historicamente marcada pela monocultura do fumo, que por décadas foi a principal atividade econômica, a cidade passou por um processo de reestruturação e hoje apresenta três pilares econômicos principais:

##### **Comércio e serviços:**

- Arapiraca é considerada o segundo maior centro comercial de Alagoas, atrás apenas de Maceió.
- A cidade atrai consumidores de todo o Agreste e Sertão, movimentando setores como vestuário, eletrodomésticos, alimentos e móveis.
- O setor de serviços, especialmente o de saúde, educação, tecnologia e serviços financeiros, cresceu substancialmente nos últimos anos.

##### **Indústria:**

- O município abriga indústrias de alimentos, confecções, calçados, embalagens e materiais de construção.
- Possui distritos industriais e atrativos fiscais para instalação de novas empresas.
- Há investimentos públicos e privados em inovação e transformação digital, com incentivo à criação de startups e à economia criativa.

##### **Agropecuária:**

- Embora tenha perdido protagonismo, a agricultura ainda representa papel importante na economia local, com destaque para as culturas de milho, feijão, mandioca, hortaliças e fruticultura.
- A pecuária leiteira e de corte também é praticada, além da avicultura e da piscicultura em menor escala.
- Há produção de alimentos para abastecimento local e regional, com mercados e feiras bem estruturados.

##### **► Informalidade e empreendedorismo**

O município apresenta forte presença de atividades informais, como feirantes, ambulantes, costureiras, pequenos comerciantes e prestadores de serviços. A Feira Livre de Arapiraca é uma das maiores do estado, funcionando como um centro de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros, roupas, utensílios domésticos e outros bens de consumo popular.

O empreendedorismo é incentivado por meio de programas municipais e parcerias com instituições como o Sebrae, que promovem capacitação e acesso ao crédito. Arapiraca se tornou um dos polos do empreendedorismo feminino e da economia colaborativa no interior nordestino.

Arapiraca é um exemplo de cidade que soube se reinventar economicamente, migrando de uma monocultura agrícola para uma economia multifacetada baseada no comércio, nos serviços e na indústria. A urbanização planejada, aliada a investimentos públicos e privados, favoreceu a melhoria da qualidade de vida e consolidou o município como um polo de desenvolvimento regional.

Esses fatores explicam seu crescimento populacional, sua atratividade para migrantes e investidores e seu papel como referência para o Agreste alagoano.

## MODALIDADES DE PROCESSAMENTO

O estudo das modalidades de processamento em informática é essencial para a compreensão do funcionamento dos sistemas computacionais. Em concursos públicos, questões relacionadas a esse tema frequentemente aparecem em provas de diversas bancas, como FCC, Vunesp e FGV. Entender as diferenças, vantagens e desvantagens de cada modalidade permite que o candidato analise cenários computacionais e escolha a melhor solução de processamento.

Modalidades de Processamento:

### PROCESSAMENTO EM LOTE

O processamento em lote (ou batch processing) é uma modalidade em que os dados são acumulados e processados em um momento específico, sem interação direta do usuário durante a execução. Esse método é amplamente utilizado em tarefas que não requerem resultados imediatos.

#### Funcionamento

- Dados são agrupados em lotes com características semelhantes.
- Esses lotes são processados em horários predeterminados ou quando o sistema está menos ocupado.
- Exemplos: geração de folhas de pagamento, relatórios financeiros e processamento de transações bancárias.

#### Vantagens

- Eficiência no uso de recursos, pois o processamento é planejado.
- Boa performance para tarefas repetitivas e previsíveis.
- Redução de custos operacionais, especialmente em sistemas antigos.

#### Desvantagens

- Não atende a tarefas que exigem resposta imediata.
  - Alterações no lote durante o processamento podem ser complicadas.
- O tempo de espera pode ser longo.

#### Exemplo Prático

Processamento de dados em grandes empresas, como operadoras de telefonia, que acumulam informações dos clientes durante o dia e processam tudo de madrugada.

### PROCESSAMENTO EM TEMPO REAL

O processamento em tempo real é caracterizado pela capacidade de o sistema responder rapidamente a eventos externos, geralmente em questão de milissegundos. É ideal para sistemas críticos que não podem tolerar atrasos.

#### Características Principais

- Operação contínua com resposta imediata.
- Utilizado em sistemas que requerem alta disponibilidade e baixa latência.

#### Diferenças em Relação ao Processamento em Lote

Enquanto o processamento em lote trabalha com grandes volumes de dados em períodos específicos, o processamento em tempo real reage a eventos conforme eles ocorrem.

#### Aplicações Comuns

- Controle de tráfego aéreo.
- Sistemas de monitoramento médico.
- Plataformas de negociação em bolsas de valores.

#### Exemplo Prático

Um sistema de alarme que reage instantaneamente à detecção de um intruso.

### PROCESSAMENTO ONLINE

O processamento online é utilizado para operações que necessitam de interação imediata com o sistema, mas que não exigem a mesma velocidade do tempo real. Ele é amplamente empregado em atividades cotidianas que envolvem acesso a sistemas informatizados.

#### Definição e Funcionamento

- Envolve o acesso direto a bancos de dados e sistemas em rede.
- Permite a interação contínua do usuário com o sistema.

#### Exemplos no Cotidiano

- Internet banking.
- Compras online.
- Atualização de informações em sistemas de ERP (Enterprise Resource Planning).

#### Comparação com Outras Modalidades

Difere do processamento em lote pela capacidade de interação direta e do processamento em tempo real pela menor exigência de resposta imediata.

**PROCESSAMENTO DISTRIBUÍDO**

O processamento distribuído utiliza múltiplos computadores para executar tarefas de forma coordenada. Ele é amplamente usado em sistemas que lidam com grandes volumes de dados ou que requerem alta disponibilidade.

**Conceito Básico**

- Os dados e tarefas são divididos entre diferentes máquinas conectadas por uma rede.
- Cada máquina executa uma parte do trabalho e, no final, os resultados são consolidados.

**Benefícios**

- Escalabilidade: é fácil adicionar mais máquinas ao sistema.
- Alta disponibilidade: se um nó falhar, o sistema pode continuar funcionando.

**Desafios**

- Coordenação entre máquinas pode ser complexa.
- Depende de uma boa infraestrutura de rede.

**Exemplo em Sistemas Modernos**

Plataformas de streaming, como Netflix, que distribuem o processamento de vídeos entre servidores em diferentes locais.

**PROCESSAMENTO PARALELO**

O processamento paralelo envolve a execução simultânea de múltiplas partes de uma tarefa, geralmente em um único computador com múltiplos processadores ou núcleos.

**Funcionamento**

- Divisão de uma tarefa em partes menores que são processadas simultaneamente.
- Requer hardware e software projetados para esse tipo de operação.

**Uso em Contextos de Alta Demanda**

- Simulações científicas.
- Análise de Big Data.
- Computação gráfica e jogos.

**Diferenças Entre Processamento Paralelo e Distribuído**

- No processamento paralelo, as tarefas são executadas em um único sistema com múltiplos núcleos.
- No processamento distribuído, as tarefas são divididas entre sistemas diferentes conectados por uma rede.

**Comparação Geral das Modalidades**

A tabela a seguir resume as principais diferenças entre as modalidades de processamento:

Modalidade	Interação Direta	Tempo de Resposta	Exemplo de Uso
Processamento em Lote	Não	Longo	Geração de folha de pagamento

Processamento em Tempo Real	Não	Imediato	Controle de tráfego aéreo
Processamento Online	Sim	Moderado	Compras online
Processamento Distribuído	Não	Variável	Plataformas de streaming
Processamento Paralelo	Não	Rápido	Simulações científicas

**HARDWARE: CONCEITOS BÁSICOS, TIPOS, CARACTERÍSTICAS, COMPONENTES DE HARDWARE, DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA, UNIDADES DE ARMAZENAMENTO, MEMÓRIA, CONEXÃO E CONECTORES**

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

**Gabinete**

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

**Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)**

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



*CPU*

**Cooler**

Quando cada parte de um computador realiza uma tarefa, elas usam eletricidade. Essa eletricidade usada tem como uma consequência a geração de calor, que deve ser dissipado para que o computador continue funcionando sem problemas e sem engasgos no desempenho. Os coolers e ventoinhas são responsáveis por promover uma circulação de ar dentro da case do CPU. Essa circulação de ar provoca uma troca de temperatura entre o processador e o ar que ali está passando. Essa troca de temperatura provoca o resfriamento dos componentes do computador, mantendo seu funcionamento intacto e prolongando a vida útil das peças.



*Cooler*

**Placa-mãe**

Se o CPU é o cérebro de um computador, a placa-mãe é o esqueleto. A placa mãe é responsável por organizar a distribuição dos cálculos para o CPU, conectando todos os outros componentes externos e internos ao processador. Ela também é responsável por enviar os resultados dos cálculos para seus devidos destinos. Uma placa mãe pode ser on-board, ou seja, com componentes como placas de som e placas de vídeo fazendo parte da própria placa mãe, ou off-board, com todos os componentes sendo conectados a ela.



*Placa-mãe*

**Fonte**

A fonte de alimentação é o componente que fornece energia elétrica para o computador. Ela converte a corrente alternada (AC) da tomada em corrente contínua (DC) que pode ser usada pelos componentes internos do computador.



*Fonte*

**Placas de vídeo**

São dispositivos responsáveis por renderizar as imagens para serem exibidas no monitor. Elas processam dados gráficos e os convertem em sinais visuais, sendo essenciais para jogos, edição de vídeo e outras aplicações gráficas intensivas.



Placa de vídeo

**Memória RAM**

Random Access Memory ou Memória de Acesso Randômico é uma memória volátil e rápida que armazena temporariamente os dados dos programas que estão em execução no computador. Ela perde o conteúdo quando o computador é desligado.



Memória RAM

**Memória ROM**

Read Only Memory ou Memória Somente de Leitura é uma memória não volátil que armazena permanentemente as instruções básicas para o funcionamento do computador, como o BIOS (Basic Input/Output System ou Sistema Básico de Entrada/Saída). Ela não perde o conteúdo quando o computador é desligado.

**Memória cache**

Esta é uma memória muito rápida e pequena que armazena temporariamente os dados mais usados pelo processador, para acelerar o seu desempenho. Ela pode ser interna (dentro do processador) ou externa (entre o processador e a memória RAM).

**Barramentos**

Os barramentos são componentes críticos em computadores que facilitam a comunicação entre diferentes partes do sistema, como a CPU, a memória e os dispositivos periféricos. Eles são canais de comunicação que suportam a transferência de dados. Existem vários tipos de barramentos, incluindo:

– **Barramento de Dados:** Transmite dados entre a CPU, a memória e outros componentes.

– **Barramento de Endereço:** Determina o local de memória a partir do qual os dados devem ser lidos ou para o qual devem ser escritos.

– **Barramento de Controle:** Carrega sinais de controle que dirigem as operações de outros componentes.

**Periféricos de entrada, saída e armazenamento**

São dispositivos externos que se conectam ao computador para adicionar funcionalidades ou capacidades. São classificados em:

– **Periféricos de entrada:** Dispositivos que permitem ao usuário inserir dados no computador, como teclados, mouses, scanners e microfones.



Periféricos de entrada

– **Periféricos de saída:** Dispositivos que permitem ao computador transmitir dados para o usuário, como monitores, impressoras e alto-falantes.



Periféricos de saída

– **Periféricos de entrada e saída:** Dispositivos que podem receber dados do computador e enviar dados para ele, como drives de disco, monitores touchscreen e modems.